

Ações desenvolvidas pelo Igam para a conservação das águas em Minas valorizaram a participação da sociedade.

Para garantir o uso sustentável dos recursos hídricos em Minas Gerais, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) investiu em 2008 cerca de R\$ 5,5 milhões em elaboração de planos, cadastro de usuários, ampliação da rede de monitoramento da qualidade das águas e na promoção da participação da sociedade na gestão das águas. Todas as ações são metas do Projeto Estruturador do Governo de Minas Consolidação da Gestão de Recursos Hídricos em Bacias Hidrográficas .

No total, Minas Gerais teve sete planos diretores de recursos hídricos finalizados em 2008, entre eles, os das bacias hidrográficas dos rios Pará, Araguari e Piracicaba/Jaguari. Outros 14 planos estão em execução, totalizando um investimento de aproximadamente R\$ 3 milhões, e seis em fase de contratação. A meta é elaborar até o final de 2010 todos os planos diretores das 36 Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos do Estado , informa a

ainda investindo na criação e fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs). Este ano, foram criados quatro novos comitês: CBH Mucuri, CBH dos Afluentes Mineiros do Rio Verde Grande, dos Afluentes Mineiros do Médio e Baixo Jequitinhonha e dos Afluentes Mineiros do Médio São Francisco. Atualmente Minas possui 34 Comitês instituídos e duas Comissões Pro-Comitê. Responsáveis pela gestão local das águas, os CBHs são constituídos por representantes dos poderes públicos estadual e municipal, usuários de água e sociedade civil.

2009 O Igam prevê, para o próximo ano recursos de R\$ 7,1 milhões para investimento em planos diretores de recursos hídricos, cadastro de usuários e ampliação da rede de monitoramento da qualidade da água. Também estão previstos investimentos para a estruturação do Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos e a criação dos dois últimos Comitês de Bacia Hidrográfica previstos no Projeto Estruturador: bacia dos rios São Mateus (Itambacuri) e Afluentes Mineiros do alto Jequitinhonha (Diamantina).

Outra prioridade é implantação em Minas Gerais da cobrança pelo uso da água em dos instrumentos de política nacional e Estadual de Recursos Hídricos. O objetivo da cobrança é reconhecer a água como bem econômico, incentivar o uso racional e obter recursos para o financiamento da recuperação e preservação dos mananciais da bacia.

A cobrança só recai sobre os usos sujeitos à Outorga, como captações em cursos de água e subterrâneas, além de lançamentos de esgotos e demais efluentes líquidos ou sólidos. São isentos da cobrança os usos da água destinados à satisfação das necessidades de pequenos núcleos habitacionais distribuídos no meio rural e as acumulações, as derivações, as captações e os lançamentos considerados insignificantes, explicou Sérgio Leal, gerente de Cobrança pelo Uso da Água do Igam.

Sérgio Leal compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica definir a implementação da cobrança na bacia e estabelecer critérios, normas e metodologia de cálculo dos valores da cobrança, que são avaliados pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH- G). A proposta deve estar fundamentada em estudos econômico-financeiros que avaliem o impacto da cobrança sobre os diferentes setores usuários, considerando a capacidade de pagamento destes, assim como deverá ser apresentada e discutida com a população da bacia através da realização de consultas públicas, explicou. O gerente do Igam ressalta que os recursos arrecadados com a Cobrança serão aplicados integralmente na bacia onde foram gerados.

Ascom / Sisema